



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR



Ao quinto dia do mês de junho de dois mil e dezenove, às 9h00 horas, na Sala de Gestão do Palácio das Araucárias, situada à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº, ao bairro Centro Cívico, Curitiba-PR, **deu-se início à Reunião Ordinária do CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ – CONSEPIR.** Fizeram-se presentes, conforme convocação os **Titulares Governamentais:** Ana Zaiczuk Raggio (SEJU), Mariana Souza Bernal (SEEC), Rosangela Aparecida de Souza (SEET), Ademar Florentino (SEAB), Eliseu Raphael Venturi (SEPL); **Suplentes Governamentais:** Lucimar Pasin de Godoy (SESA), Josemar Batista Carneiro (SEDS), Marcos Aurélio Pelegrina (SETI); **Titulares da Sociedade Civil:** José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro), Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África), Luiz Carlos dos Santos (APP/Sindicato), Eliana Silva (Rede Mulheres Negras Paraná), Juliana Chagas da Silva Mittlelbach (CUT/PR), Celso José dos Santos (ANPIR), Nardi Terezinha Casanova (União Cigana do Brasil); **Suplentes da Sociedade Civil:** Rosangela de Lima (Grupo AfroVida), Robson Jaime Pereira (INATES), Weverton Sebastião dos Passos (União Cigana do Brasil); **Convidados/Titular:** Sthefanne S. P. Rodrigues (CAOPJDH-MPPR); **Colaboradores:** Adriane Ribeiro (COMPIR- Araucária), Miguel Nunes (COMPIR- Araucária), Karina T. da Conceição (COMPIR - Piraquara), Michelli S. da Silva (Indígena Kakané Porã), Eurico P. Souza (COMPIR – Ponta Grossa), Jaciara N. Mello (COMPIR – Ponta Grossa), Regiana A. Almeida (COMPIR – Piraquara), Julia Almeida (Juventude Negra de Piraquara), Adrielle de S. O. Santos (OAB – SP). **2. Abertura:** tendo em vista a ausência de quorum, iniciou-se pelo Relato das Comissões. **5. Relato das Comissões: Comissão de Legislação:** A conselheira Ana Raggio inicia a fala, relatando sobre a reunião com o secretário de educação, onde foi apresentado algumas demandas a ele. O ponto principal da reunião referiu-se ao estatuto, solicitando agilidade na análise e encaminhamento. Também foi abordada a questão da necessidade de atenção e melhores condições de trabalho das equipes multidisciplinares e formação da comissão de verificação. Foi levantada a ausência de encontros do fórum das relações da educação étnico raciais, destacando-se a importância da retomada enquanto órgão de consulta e o encontro de educadores(as) negros(as) como um espaço de fortalecimento desses profissionais e de produção de conhecimento pelo PDE. Há também a questão de aquisição pela Secretaria de Estado da Educação, dos materiais didáticos que trabalhem a questão da formação para relações étnico raciais, direcionado aos estudantes e professores. Enfim, a implementação do plano estadual de promoção da igualdade racial, com a necessidade



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR



de inclusão de metas dentro do PPA, relacionado à atualização desse plano. O Secretário idealizou uma campanha para ser realizada em todas as escolas para obter um ponto de vista positivo sobre a população negra, onde os estudantes possam se identificar com negros(as) que tiveram sucesso, auxiliando no enfrentamento ao preconceito e discriminação vivenciadas. O conselheiro Celso destaca que ao final restou como compromisso a formalização das demandas por meio de ofício. Também foi apontado que a secretaria de educação institucionalize sistema de acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas para promoção da igualdade racial. A conselheira Ana Raggio complementa que durante a reunião a diretora do Departamento da Diversidade e Direitos Humanos pontuou que cada gestão de uma secretaria tem seu foco principal em atividades que gostaria de desenvolver, o que se apontou como foco da atual gestão é a garantia de boa avaliação juntamente ao INEP e garantia da qualidade de aprendizado dos estudantes relativo a matérias como: português e matemática. Com estas razões têm se identificado dificuldades na implementação de pautas transversais, como enfrentamento ao racismo. O Secretário alegou uma preocupação de que as ações de capacitação não fossem voltadas a pessoas que já tem compreensão deste assunto; para tanto, foi colocado que em todas matérias abordassem o assunto de todos os grupos de igualdade. Por fim, foi dialogado, também, que durante o percurso das graduações, este assunto seja abordado, trazendo profissionais que saibam as questões e coloquem em prática o que foi aprendido em sala de aula. O conselheiro Luiz Carlos dos Santos fala sobre a audiência pública a ser promovida pelo FPDER que acontecerá e que acha importante ter um representante do conselho, sendo que a conselheira Ana Raggio não poderá comparecer. Também aborda sobre a última reunião, onde a mesa diretora iria realizar um levantamento das entidades que não estavam participando, para que haja justificativas e providências em relação às faltas. **Comissão de Combate ao Racismo:** Ana Raggio aludiu que esta comissão é formada por SEJU, SESA e a SESP, a coordenação é do Dom da Terra AfroLGBT, porém não há presença de Cláudia e Márcio Marins. No dia 29 de maio, houve uma reunião, na qual esteve presente o Ministério Público e a OAB. Havia um pedido da Comunidade Nigeriana do Paraná sobre a presença de grupos Racistas Extremistas, sendo oficiadas diversas organizações sobre isso, porém, ainda não houve respostas dos órgãos de inteligência se tem havido monitoramento. Houve abordagem do tema de como fazer o acolhimento das pessoas vítimas de racismo e discriminação racial, não apenas a responsabilização do indivíduo que promove o ato, mas também o acolhimento da vítima. Marisa, representante da SESA, apontou a importância em haver encaminhamento direto para rede de saúde e de



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR



assistência social. Lembrou-se que a secretaria de segurança pública possui verba de convênio com o Governo Federal para capacitação dos integrantes da segurança pública. O estado do Paraná conseguiu obter uma verba junto à secretaria de promoção a igualdade racial do Governo Federal, a SESP está com este montante e precisa executar o convênio; será oficiado um pedido de informações sobre como está o andamento dessa questão. Sucedeu-se solicitação de informações sobre os registros de casos de injúria racial e racismo, tendo número de condenações e de qual forma isso têm se sucedido, encaminhada ao Tribunal de Justiça, Defensoria e Ministério Público. Foi informada a possibilidade de diálogo com Tribunal de Justiça, sobre a questão da destinação de verba para o FUNDEPIR, onde o indivíduo atuante de discriminação pague uma multa, ocorrendo essa reversão para o Fundo, bem como para tratar do registro de casos de injúria racial e racismo e também para encaminhamento das vítimas para atendimento de saúde mental. **Comissão de Formação, Comunicação e Campanhas:** não se obteve quórum para realizar a reunião. **Comissão de Monitoramento do Plano Estadual:** o conselheiro Eliseu Raphael Venturi aludiu sobre reunião realizada, na qual foram deliberadas duas providências, sendo o envio de ofício com anexo padrão para prestação de contas sobre o Plano da Igualdade Racial. Também há a proposta de ofício para obter as ações específicas de cada secretaria no PPA. Sobre esse tema, o conselheiro relatou que existe uma consulta pública sobre o PPA online, destacando a importância de que os indivíduos acessem a plataforma e achem itens que contemplem a promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo. A conselheira Ana Raggio solicita aos conselheiros que seja feita uma incidência de cada secretaria sobre esse assunto, pois é de grande importância; se houver dificuldade técnica de como prever e inserir essa demanda, pode então ser feito diálogo com a secretaria do planejamento, para que possa ser inserido metas específicas relativas à igualdade racial dentro dos PPAs. **Comissão de Planejamento Financeiro:** esta comissão é a única permanente, criada por disposição do regimento interno do CONSEPIR, havendo necessidade de formá-la. A Superintendência de Diálogo e Interação Social da Governadoria anunciou que será destinado 2 milhões de reais para o FUNDEPIR. Essa comissão ficará responsável por elaborar o planejamento financeiro do CONSEPIR e elaborar editais que poderão disponibilizar essa verba, adotar medidas para a questão dos recursos; estará também em constante diálogo com a Secretaria de Estado da Justiça, que possui como atribuição a gestão administrativa do Fundo. **2. Abertura:** com o quorum estabelecido, deu-se início à reunião e aos itens da pauta. **3. Aprovação da pauta:** Após a inclusão de pontos de pauta por Conselheiras e Conselheiros presentes, a pauta foi aprovada. **4. Aprovação da**



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR



**ata:** Devido à ausência de atas prontas para a análise do Conselho, o ponto restou prejudicado. **6. Conselhos Municipais:** Conselho Municipal de Araucária: a representante Adriane Ribeiro (COMPIR - Araucária) agradece pelo convite para participação nesta reunião. O representante Miguel Nunes (COMPIR - Araucária) relatou atividades que vem desenvolvendo na Prefeitura de Araucária, como levantamento estatístico da comunidade, comunidade escolar, trabalho com as cotas dos servidores, realizando um mapeamento para encontrar esses servidores dentro das secretarias, para que eles contribuam com o Conselho. Conselho Municipal de Piraquara: Regina A. Almeida (COMPIR – Piraquara) se apresenta ao Conselho, aludindo que foi feito um trabalho de estruturação, compreensão política e estudo interno dos conselheiros para saber como está a política da igualdade racial, os recursos, ações e responsáveis. Para tanto, foi enviado um questionário aos gestores públicos levantando informações. A representante Julia Almeida (Juventude Negra de Piraquara) se apresentou ao Conselho. A representante governamental e de assistência social do COMPIR- Piraquara Carina se apresentou aos conselheiros. Conselho Municipal de Ponta Grossa: O representante Eurico Filho se apresenta ao Conselho, contando que o conselho de igualdade racial deu início às atividades em dezembro de 2018. A representante Jaciara apresentou-se ao Conselho. O representante José Luiz apresentou-se ao pleno. A conselheira Ana Raggio agradeceu a presença de todos os representantes **7. Edital SEPIR:** a conselheira Ana Raggio relata que está aberto edital da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, havendo possibilidade de apresentação de projeto no valor mínimo de 100 mil reais para cada uma das 3 linhas de programa, sendo que uma delas prevê a possibilidade de indicação de 10 municípios em que o conselho esteja em funcionamento para recebimento de móveis e equipamentos, no valor de 15 mil reais cada. Os requisitos sugeridos pelo Conselho para estas escolhas são: tenham órgão, esteja integrado no SINAPIR e contemplar aqueles que estão presentes nesta reunião. Após esses pré requisitos, será enviado pela secretaria aos outros municípios para demonstrarem interesse. Para essa decisão já se encontram 8 conselhos municipais, restando duas vagas, assim, daqueles que se manifestarem, serão contemplados aqueles com maior porcentagem de população negra, segundo IBGE 2010. Foi sugerido que a Comissão de Formação fique responsável por esta questão; essa sugestão foi aprovada pelos conselheiros. **8. Planejamento Financeiro:** a Comissão trará uma proposta de linhas para as quais poderá ser usada a verba do FUNDEPIR uma vez que o dinheiro seja liberado, apresentando para o plenário. A comissão foi composta pelas Secretarias da Cultura, Planejamento e SEJUF,



bem como IBAF, APP e CUT. O conselheiro Celso sugere que não seja preciso aguardar a uma reunião futura para que os órgãos governamentais possam fazer a indicação do tesoureiro, sendo estes encaminhamentos aprovadas pelo conselho. **9. Representação Cigana:** a conselheira Ana Raggio relatou que o Conselho de Promoção da Igualdade Racial recebeu dois protocolos da Federação Nacional dos Ciganos no Brasil (FENADURCI) referentes à Representação Cigana, o ofício, bem como manifestação da Promotoria de Justiça da Fundação do Terceiro Setor do Ministério Público do Paraná foi lido para entendimento do Conselho, os quais buscam o afastamento da Conselheira Nardi Casanova. A palavra, então, foi passada à referida Conselheira para manifestação, a qual relatou que trabalhou e foi assediada pelo denunciante em diferentes momentos. Apontou que entende que a representação chega exatamente no momento em que há possibilidade de verba a ser destinada para o CONSEPIR, não tendo trazido em nenhum momento anterior. Informou que há acompanhamento das situações relatadas pelas instituições do Ministério Público Federal e Estadual. Afirmou que realmente tem feito ações sociais junto aos acampamentos ciganos e que os próprios ciganos podem confirmar que ela é filha de mãe cigana do segmento Calon. Foi orientada pelo Conselheiro Saul a protocolar os documentos que comprovam suas alegações. A Conselheira Juliana indicou que a responsabilidade de indicação de representante é da entidade eleita, não cabendo ao Conselho interferir nessa autonomia, independente de pertencimento étnico e/ou racial. Quanto ao processo eleitoral, a própria análise do Ministério Público, em sua manifestação lida, afasta qualquer irregularidade. O Conselheiro Saul destacou conhecer o trabalho da Conselheira Nardi. O Conselheiro Celso concordou com a fala da Juliana e acrescentou não caber ao Conselho analisar seu pertencimento étnico e que caberá ao Conselho agir somente se houver decisão judicial. O Conselheiro José Luiz exaltou seu apoio à Conselheira Nardi, condenando o assédio promovido contra ela. O Conselheiro Luiz colocou-se à disposição para depor em favor da atuação da Conselheira e aconselhou-a a não se expor, dando publicidade a essa questão. A Conselheira Ana sugeriu como encaminhamento resposta à FENADURCI informando que a questão foi discutida no Conselho e não se constatou irregularidades na representação, visto que não houve irregularidades no processo eleitoral e que a indicação de representante é prerrogativa das entidades eleitas. Ainda, que o pertencimento cigano não é requisito para o CONSEPIR, mas sim a atuação em prol da promoção da igualdade racial, o que foi demonstrado pela entidade durante o processo eleitoral, assim como pela participação assídua da Nardi e do Weverton nas reuniões. Informou que o Departamento e a Secretaria de Justiça também foram provocados e



entendeu-se que a análise cabia ao pleno do Conselho. Assim, após sugestão do convidado Eurico, entendeu-se que a denúncia foi acolhida, debatida, porém foi rejeitada. O encaminhamento restou aprovado. **10. Representação Indígena no CONSEPIR:** a conselheira Ana Raggio relembra que durante a IV Conferência de Promoção da Igualdade Racial foi deliberada moção de apoio à presença das lideranças Indígenas e Quilombolas nas reuniões deste Conselho. A representante Michelli S. da Silva (Indígena Kakané Porã) dialogou com a conselheira, se poderia acompanhar as reuniões do Conselho, enquanto representação indígena, foi esclarecido que é apenas um apoio e não uma garantia de participação. Então como um ponto de pauta a representante Michelli S. da Silva questiona a possibilidade de ter a presença de representantes com uma cadeira no Conselho. A conselheira aludiu que não há garantia de transporte, hospedagem e alimentação para não conselheiros(as). Questionou-se se há um conselho que os Indígenas façam parte, a conselheira Ana Raggio alegou que há o CPECT. O conselheiro Celso retoma a fala, alertando que por disposição do Regimento Interno há previsão de que a SEJU arque com despesas de convidados. Foi executada a leitura da moção, a proposta para definição da representação Indígena convidada deste conselho terá que ser dialogada com os Caciques. Decidiu-se pelo envio de convite para os Caciques para participação na reunião deste. A moção se referia a um convidado de cada representação, então como bem avaliado, com dois convites para Caciques e Quilombolas. Com isto o pleno aprova os encaminhamentos. **11. Reunião descentralizada:** o pleno aprovou a reunião descentralizada na cidade de Cascavel no mês de Agosto. **12. Atividade Ponta Grossa:** a representação do Conselho na Audiência Pública do FPDER será feita por um dos Conselheiros que integra também o Fórum. **Período da tarde:** Deu-se início ao período da tarde com a exposição pela secretária Juliana do quorum e, depois, introduziu-se os debates. **13. Festival Cultural Indígena:** Michelli relatou sentir ausência de festivais que celebrem, conscientizem e promovam o debate nos espaços públicos acerca da cultura indígena e apresentou a proposta de se refletir acerca dos meios e maneiras de realizar tal evento, construindo um projeto deste porte em conjunto com o Conselho. Outro debate diz respeito ao Conselho de Povos Indígenas, pois existe a problemática dos direitos e inserção na sociedade dos indígenas que estão fora da aldeia, que não são contemplados por tal Conselho. Desta forma, a demanda apresentada ao CONSEPIR é de que se dialogue com os povos espalhados por tais “aldeias urbanas” e promova trabalhos de igualdade racial nesse sentido. Definiu-se, assim, levar tal debate para dentro da comissão de formação e campanha para que a promoção do evento possa ser articulada e estruturada junto com a Secretaria de Cultura,



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR



observando as possibilidades de calendário, verbas e orçamentos, assim como encaminhar na mesma comissão o debate acerca da inclusão do indígena que está na região urbana dentro dos espaços públicos. **14. Festival Cultural:** Mariana Bernal expressou o êxito na reunião da comissão do CONSEPIR junto com a Coordenação de Ação Social e Economia Criativa da Superintendência de Cultura e apresentou slides exibindo os pontos a respeito das atividades do 25 de julho, de nome 'Movimenta Preta: Ação e Expressão'. Exibiu-se a atividade idealizada de exposição pelo Coletivo 'Ero Ere', que em yorubá significa 'salve a gamaleira', árvore de raízes fortes, símbolo religioso de matriz afro-brasileira. Articulou-se com o espaço do MAC, no MON, para a exibição da exposição. Além disso, pensou-se em uma feira criativa e oficinas, mesas redondas, shows e outras atividades ainda em desenvolvimento. A previsão de abertura, com a apresentação de uma performance, foi estabelecida para o dia dezoito de julho, com a perspectiva de doze a quinze dias de exposição. O protagonismo da artista negra que fala por si mesma, assumindo seu lugar de fala, através da arte, foi abordado enquanto expectativa e perspectiva do evento. Outra apresentação do evento é a Feira Criativa, onde se apresentou a ideia de reunir trinta e cinco expositoras negras em um final de semana, facilitando para quem vem de fora dormir somente um dia em Curitiba. Dentro desta feira, relatou-se a ideia de acontecer Oficinas de Afro Empreendedorismo, espaços para as crianças e um show musical na abertura do evento. A única problemática enfrentada é a questão do local, ainda a ser definido. Após levantamentos e discussões, contemplou-se a ideia de realizar tal show no Teatro Guaíra, restando verificar a disponibilidade de verba para a execução do evento. Na proposta de estrutura constou os seguintes elementos: trinta e cinco mesas, identidade visual, microfones, mix, cabeamento, retorno, espaço pra criança, realização de duas oficinas por dia e duas oficinas para mulheres negras empreendedoras. Das atividades em andamento, exibiu-se: proposta de exposição sobre arte negra no Museu Paranaense, sugestão de mesa redonda na Biblioteca Pública com escritoras negras e, ainda dentro da biblioteca, a solicitação do espaço de exposição para a apresentação de jovens artistas e também um show com a *Tuyo*, dentro da programação própria da Biblioteca que apresenta shows mensalmente. Quanto aos custos, alegou-se o orçamento na casa dos sessenta e cinco mil reais, desconsiderando o show no Teatro Guaíra. Com a solicitação do orçamento completo, incluindo a possibilidade dos shows, encaminhou-se enviar o valor fechado posteriormente. Pensou-se, ainda, a inclusão de um espaço de debate geral acerca do tema que gera o evento e sobre o qual se celebra o dia vinte e cinco de julho, a Mulher Negra Latino americana e Caribenha, e incluir também um debate geracional. Debateu-se



acerca dos nomes indicados para a realização do evento, com a apresentação por parte da comissão e a sugestão de inclusão de entidades do conselho, além dos nomes que passam a compor o debate geral. **15. Projeto de Lei sobre profissionais de capoeira:** apresentou-se o projeto para valorizar os profissionais da capoeira, que enfrentam o entrave do preconceito de algumas instituições, muitas vezes, públicas. Relatou-se que a capoeira tem espaço estreito e pouco inserida nas escolas, apesar da lei de obrigatoriedade do estudo das questões afro-brasileiras. Expôs-se ainda que se desconsidera o valor da capoeira enquanto primeiro movimento negro no Brasil e passa-se instruções dentro das aulas de Educação Física sem real instrução, visto que leva no mínimo vinte e cinco anos para se profissionalizar como professor de capoeira. O projeto de lei justamente define critérios e regulamenta as questões profissionais que envolvem a capoeira e credencia o professor, contemplando as questões técnicas, filosóficas e musicais. Acerca da questão dos profissionais de Educação Física, explicitou-se que a lei determinante que o profissional de capoeira só poderia dar aula através do CREF foi extinta, considerando, justamente, a amplitude abarcada na capoeira que não pode ser singularizada em um setor. Desta forma, a fiscalização fica a cargo das federações, confederações e ligas, órgãos específicos da capoeira. Lembrando informação trazida pela Conselheira Edna, elucidou-se, a partir das experiências na educação, que a transmissão do conhecimento dos movimentos e técnicas básicas da capoeira é, muitas vezes, transmitida como obrigação pela escola. O Conselheiro Robson expressou compreender a questão, mas reitera que a capoeira demanda uma formação cultural mais profunda para se lecionar acerca dela. Informou-se que a minuta de lei foi enviada ao conselho. Propôs-se que a legislação em questão fosse analisada na comissão de legislação, a fim de que se revise e avalie a possibilidade de inclusão na minuta de anteprojeto de lei para criação do Estatuto da Igualdade Racial, o qual já contempla os profissionais de capoeira, mas não de forma profunda como a lei debatida nesta pauta. Uma proposta do Conselheiro Robson para a inserção da capoeira na educação é a inclusão como PSS, o que libera o professor de Educação Física de uma instância que ele não domina. Abordou-se também o caráter de regulamentação profissional que se visualiza no debate, o que foge da alçada estadual e tem caráter federal, e registra-se que já há contemplação da capoeira a nível federal. No entanto, a lei engloba a capoeira, mas a define como facultativa, o que mantém as coisas no mesmo nível. Assim, identificou-se duas propostas de encaminhamento: uma para que a comissão de legislação analise a proposta ou se a regulamentação só pode acontecer a nível federal e a outra questão é a inserção na educação através, por exemplo, dos jogos



escolares com o profissional contratado para uma atividade extracurricular. **16. Consolidação de ações de 2018:** a conselheira Ana Raggio relatou o encaminhamento de um drive constando todas as informações da gestão de 2018: processo da eleição da sociedade civil, todos os decretos e nomeações, os ofícios, as pautas, as atas, as resoluções, o pacto junto ao Ministério Público do Trabalho, a minuta do estatuto, o mês da consciência negra, o evento da comissão de cotas e uma proposta de relatório já iniciada, ressaltando ser atribuição da mesa diretiva a elaboração do Relatório. **17. Respostas das ausências:** realizou-se uma lista acerca do controle de presenças analisando todo o ano. Observou-se, a partir da lista, que se obteve nas três reuniões até então presença da SEJUF, da SESP, da Casa Civil, da SEAB, do Planejamento, da SESA e da educação. Esporte e Turismo compareceu à primeira, enquanto Meio Ambiente compareceu à segunda, assim como a SEDS. Às representantes governamentais que não compareceram a nenhuma ou a uma reunião, deliberou-se que enviassem ofícios para as Secretarias informando, no entanto, a representação da Cultura, Esporte e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior acabaram de ser alteradas, logo, compreendeu-se não ser cabível. Assim, encaminhou-se o ofício pra SEDS, para o Meio Ambiente, Esporte e Turismo, Desenvolvimento Urbano e Assembleia Legislativa. Já com relação à sociedade civil, dos titulares observou-se a presença em todas as reuniões do instituto sorriso negro, do Centro Cultural Humaitá, do IBAF, da APP Sindicato e do Grupo Afrovida. A União Cigana esteve presente em duas reuniões, assim como a ANPIR, o INATES, o Instituto de Prevenção às Drogas e a Rede Mulheres Negras. Dom da Terra e a CUT estiveram presente em uma. A Comunidade Nigeriana no Brasil não esteve presente em nenhuma reunião, tal qual o CRP. Para as instituições que não estiveram presentes em nenhuma reunião, encaminhou-se um ofício e estabeleceu-se contato direto com a instituição. A CONIPA e o CRP enviaram informes trocando a representação. Estabeleceu-se como pauta das próximas reuniões a reorganização a partir da justificativa enviada para o Conselho. **18. Informes:** informou-se que a assessoria da Superintendência do Trabalho relatou que o Estado do Paraná contratará via terceirização mil e seiscentas pessoas e a lei de cotas não abrange às terceirizações. Com isso, deliberou-se pelo envio de ofício designando que é preciso seguir o preceito do funcionalismo público e, assim, que garanta, no mínimo, dez por cento de contratação e permanência de vagas para cotistas. Após referidas informações e discussões, a reunião encerrou-se.

**Titulares Governamentais:** Ana Zaiczuk Raggio (SEJU)

Mariana Souza Bernal (SEEC)

Rosangela Aparecida de Souza (SEET)



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA  
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ  
CONSEPIR



Ademar Florentino (SEAB)

Eliseu Raphael Venturi (SEPL)

**Suplentes Governamentais:** Lucimar Pasin de Godoy (SESA)

Josemar Batista Carneiro (SEDS)

Marcos Aurélio Pelegrina (SETI)

**Titulares da Sociedade Civil:** José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro)

Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África)

Luiz Carlos dos Santos (APP/Sindicato)

Eliana Silva (Rede Mulheres Negras Paraná)

Juliana Chagas da Silva Mittlelbach (CUT/PR)

Celso José dos Santos (ANPIR)

Nardi Terezinha Casanova (União Cigana do Brasil)

**Suplentes da Sociedade Civil:** Rosângela de Lima (Grupo AfroVida)

Robson Jaime Pereira (INATES)

Weverton Sebastião dos Passos (União Cigana do Brasil)